

JENSEN, Anthony K. *An Interpretation of Nietzsche's On the Uses and Disadvantage of History for Life*. New York: Routledge, 2016, 189 p.

José Nicolao Julião

Foi editado, pela prestigiada editora inglesa *Routledge* – no mercado editorial desde 1836 –, em 2016, o nono livro da *Coleção Studies in Nineteenth-Century Philosophy*, intitulado *An Interpretation of Nietzsche's On the Uses and Disadvantage of History for Life*, de autoria do americano Anthony K. Jensen. Jensen é Professor Associado de Filosofia em *Providence College* e Editor Associado do respeitado *Journal of Nietzsche Studies*, ele vem apresentando, nos últimos anos, uma vasta e séria produção sobre Nietzsche, especialmente, voltada para o domínio da interface entre filosofia e história. Dentre os seus textos se destacam: *Nietzsche's Philosophy of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013; “Historians on Nietzsche on History”, *Nietzsche-Studien* 42 (2013), 384-92; “Ecce Homo as Historiography”, *Nietzsche-Studien* 40 (2011), 203-225; “The Centrality and Development of *Anschauung* in Nietzsche's Epistemology”, *Journal of Nietzsche Studies* 43 [2] (2012), 326-341; “Meta-historical Transitions from Philology to Genealogy”, *Journal of Nietzsche Studies* 44 [2] (2013), 195-211; “Geschichte or Historie? Nietzsche's Second Untimely Meditation in the Context of Nineteenth-Century Philological Studies”. In *Nietzsche on time and history*. Edited by Manuel Dries. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 213-229. No Brasil, Jensen publicou um artigo na revista *Kriterion* em 2014, “*Nietzsche and Neo Kantian Historiography*”, e vem participando ainda de importantes eventos sobre a filosofia nietzschiana.

O recomendadíssimo livro que, por ora, resenhamos, como o próprio título sugere, trata-se de uma interpretação da *Segunda Extemporânea, Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida* (CE II), que recentemente ganhou uma nova tradução em português pela Editora Hedra.¹ O livro de Jensen aborda com certo rigor e minúcia o texto de Nietzsche e ainda apresenta o contexto da sua elaboração e recepção. O intérprete americano opta por um método de análise que renuncia à antiga presunção hermenêutica de que os livros são objetos estáticos que aguardam o leitor cauteloso para desvendar as intenções do autor, passo a passo. Para o comentador estadunidense, essa metodologia é considerada insuficiente para dar conta do texto.

¹ *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*. Tradução de André Itaparica. São Paulo: Editora Hedra, 2017.

Ele adota, portanto, um método interpretativo de análise que não privilegie somente o texto, mas também o contexto, as circunstâncias em que o livro foi elaborado e recepcionado, ou seja: como foi produzido, por quem foi editado e por quem foi lido enquanto estava sendo elaborado, o que foi eliminado ou alterado por um editor; quem o autor estava lendo, com quem ele dialogava, quem ele censurava; o que significavam na época termos particulares usados pelo autor, como ele próprio entendeu esses termos e como o significado desses termos se metamorfoseou ao longo das gerações através de camadas interpretativas adicionais; como mais tarde os estudiosos adsorveram as principais ideias, delineararam os argumentos, relacionaram o livro aos outros de seu gênero. Cada um desses fatores circunstanciais, para Jensen, é um evento que constitui o acontecimento da história de um livro. O autor de um livro é considerado uma voz, contudo o significado do livro envolve um coro de fatores filológicos e interpretativos, cujas harmonias embatem umas contra as outras no tempo, de forma que seus leitores modernos possam ouvir sua ressonância, mesmo impedidos de decifram a voz autoral original. Por isso, a interpretação faz mais do que decifrar, enriquecer e registrar os significados autorais, ela constitui um significado. Cada intérprete, nas palavras de Jensen, segue adicionando suas vozes a essa harmonização histórica, assim, livros como eventos são a soma de suas interpretações dominantes². Partindo desses pressupostos, o comentador americano apresenta a sua interpretação sobre o ensaio de Nietzsche em seis capítulos: “Texto e contexto”, “Historicidade”, “Os historiadores típicos”, “Historiografia científica”, “Teleologia”, “Depois da história”.

No primeiro capítulo, “Texto e contexto”, Anthony Jensen documenta a biografia intelectual de Nietzsche no contexto da historiografia e filologia alemã de sua época, ele também descreve com riqueza documental comprobatória, a partir dos cadernos e das epístolas, o processo turbulento da produção e publicação da CE II, que muito contribuiu para sua obscuridade textual. Nesse capítulo, o comentador americano apresenta situações surpreendentes sobre a elaboração do ensaio nietzschiano, ele revela que, nem a primeira nem a segunda edição do tratado representam fidedignamente as intenções do seu autor. Até mesmo o título teria sido outro, o filósofo quis mudá-lo, para “Nós historiadores: sobre a doença histórica da alma moderna” (p. 11), com o mesmo sarcasmo com o qual, muitos anos depois, avalia a *Extemporânea II* em *Ecce Homo*, onde afirma que a essência do trabalho é uma crítica à doença histórica (cf. EH As Extemporâneas 1.). O ensaio de Nietzsche, como mostra Jensen, foi

² Essas ideias são desenvolvidas no prefácio e são retomadas na conclusão do livro.

elaborado da seguinte maneira: primeiramente, foram escritas as seções de 1-9 que posteriormente foram intercaladas entre o prefácio e a versão corrigida da seção 10 – que nem sequer fazia parte do texto final que o filósofo havia enviado ao editor anteriormente. Para enriquecimento do trabalho, grande parte dessa documentação foi reproduzida fac-símiles por Jensen, inclusive, as mudanças significativas feitas nas provas por Nietzsche que parecem ter sido ignoradas pelo editor, fazendo a versão definitiva da CE II parecer uma espécie de penúltimo esboço (cf. p.27-29).

No segundo capítulo, “Historicidade”, o comentador analisa o Prefácio e as primeiras seções do ensaio de Nietzsche, dividindo-o em três partes. Na primeira, analisa o Prefácio, dando ênfase à passagem da carta, de 19 de dezembro de 1798, de Goethe para Schiller, citada na abertura do texto: “Alias, odeio tudo aquilo que apenas me instrui, sem aumentar ou estimular diretamente minha ação”³. Anthony Jensen considera que Nietzsche reflete sobre a utilidade da história para vida, nessa segunda *Extemporânea*, adotando a posição de Goethe, o “*poet-cum-biologist*”, para o qual todos os organismos vivos são caracterizados por forças de crescimento imanentes ao longo de padrões tipográficos comuns. Goethe, por sua vez, segundo o comentador, foi buscar a fecundidade dessa ideia em Johan Friedrich Blumenbach (1752-1840). Johann Friedrich Blumenbach lançou suas pesquisas sobre como podem os indivíduos dentro de uma mesma espécie variar, defendendo a teoria da transformação das espécies e que novas espécies podem se desenvolver a partir de formas já existentes. Para explicar tais variações, ele conjecturou a existência de uma força agindo nos organismos à medida que eles se desenvolvem, essa teoria é conhecida como *Bildungstrieb* (impulso formador)⁴. No organismo saudável, portanto, as forças criativas da vida devem ser guiadas, treinadas e restritas, de modo que, no lugar de algo selvagem e desprezível, um *Bildungstrieb* adequado coloca uma estrutura equilibrada que atinge sua intensificação (*Steigerung*) total na beleza. E o mesmo é verdadeiro não apenas para a natureza, mas para qualquer ciência que se esforce em ser fiel à natureza. Uma ciência tão adequada é o que Goethe denomina “morfologia”. Como o trabalho do botânico é rastrear a morfologia de um organismo de acordo com a intensificação do seu tipo através de todas as suas formas vivas. Também recairia sobre o historiador adequado o papel para explicar

³ KSA, I, 245.

⁴ Na Alemanha do século XVIII, Blumenbach influenciou toda geração alemã de Kant a Hegel, os Românticos, os naturalistas e continuou alimentando os debates conceituais entre muitos embriologistas e naturalistas do final do século XIX e início do século XX. (Cf. BARON, Walter. “Blumenbach, Johann Friedrich.” *Complete Dictionary of Scientific Biography*. 2 (2008): 203–05)

os grandes arquétipos de indivíduos e culturas anteriores e para atender a sua intensificação por meio de suas forças de vida competitivas. Uma maneira, portanto, da história servir a este modelo de vida goethiano seria oferecendo uma morfologia do crescimento de indivíduos históricos que valem a pena serem estudados. Para Jensen, então, o modelo afirmativo de historiografia de Nietzsche refletirá precisamente sobre este ideal de Goethe: a história como o campo de batalha de forças competindo por causa da intensificação das qualidades mais saudáveis de um indivíduo.

A segunda parte do capítulo 2 diz respeito à natureza do esquecimento (*das Vergessen*) como um poder ativo da mente, assim também, como à relação entre lembrar e esquecer, que o comentador americano usa para esclarecer, na parte seguinte – ou seja, na terceira parte desse segundo capítulo – a distinção da tríade nietzschiana histórico, ahistórico e supra-histórico (*Historich, Unhistorich, Überhistorich*). Deste modo, uma atitude histórica geralmente leva a se lembrar de forma demasiada e esquecer muito pouco, induzindo a uma espécie de insônia cognitiva. Já o oposto, uma atitude ahistórica, por sua vez, pode levar alguém a ultrapassar os limites desagradáveis do passado individual ou coletivo. Por conseguinte, uma atitude supra-histórica, caso houvesse, poderia envolver certo tipo de equilíbrio na tensão entre o esquecimento e a memória. No entanto, como Jensen mostra com bastante veemência, nessa passagem do capítulo, assim também como na anterior, a concepção de Nietzsche do supra-histórico é, na melhor das hipóteses, vaga e provavelmente contraditória. Jensen conjectura que devido ao abandono posterior de Nietzsche do termo, descartando a sua importância, na fase intermediária do seu desenvolvimento intelectual, o uso do supra-histórico na *Extemporânea II* tenha sido talvez para resolver um problema de ajuste, a coadunação com a trílice seguinte no texto, a saber, história monumental, história antiquária e história crítica. Portanto, para o intérprete, Nietzsche teria ajustado o termo muito mais por uma questão de simetria do que por razões filosóficas propriamente ditas.

No terceiro capítulo, “Os historiadores típicos”, Anthony Jensen com uma argumentação minuciosa mostra como, no mesmo caderno de anotações, a epistemologia de Nietzsche mudou de um esboço confuso e inacabado, tal como expressa *Sobre a verdade e a mentira em um sentido extra-moral*, para um construtivismo sofisticado, tal como o apresentado na CE II. O comentador americano dá bastante relevância também ao fato de ambos os tratados terem sido elaborados quase simultaneamente, escritos frente e verso do mesmo caderno. Contudo, o objetivo central do terceiro capítulo do livro de Jensen é elucidar as distinções entre as histórias,

monumental, antiquaria e crítica, que Nietzsche apresentou nas três primeiras seções do seu ensaio.

A história monumental é útil, segundo Nietzsche, na medida em que inspira grandes ações por parte dos que com ela se envolvem, ela busca no passado modelos para ação futura, ou melhor, busca a exemplaridade do que foi e do que ainda é grande, funcionando como impulso em direção ao futuro. Essa “esperança arrebatadora na recorrência de tempos melhores” (p.72), da história monumental, é muitas das vezes acompanhada de uma disposição para aceitar qualquer ação ousada que acaba por acarretar desvantagens à vida. Jensen impecavelmente aponta que, mesmo com todas as suas falhas, a história monumental não é totalmente censurada por Nietzsche que, aliás, como sugere o seu título, cada uma das três formas de se fazer história têm suas vantagens e desvantagens (cf. p.74). A história antiquaria, por exemplo, suas vantagens são duas: uma é psicologicamente, a retenção de histórias culturais que podem fornecer o tipo de orgulho que naturalmente liga uma comunidade; a outra, menos óbvia, segundo Jensen, a qual ele categoriza como ontológica, é em si mesma uma empresa criativa, carregada de valor que preserva o passado ontologicamente no próprio ato da representação. Todavia, as suas desvantagens são diversas, ela é conservadora e veneradora do passado, tornando-se obcecada pela verdade originária, atribuindo valor demasiado às coisas insignificantes, comprometendo demasiadamente à atividade da vida que passa a ser essencialmente recordação e por isso, está sempre ameaçada em declinar numa nostalgia apática diante da vida que tudo consome. A história crítica, por sua vez, também presta serviços à vida, pois, quaisquer que sejam as normas criadas, a partir de uma tradição cristalizada de interpretação de algum aspecto do passado, podem ser contestadas a sua autoridade pela história crítica, devido ela escolher as lendas e as histórias herdadas, o historiador crítico acaba por procurar um tipo de verdade factual que nem a história monumental nem a antiquaria consideram em suas narrativas. Onde os outros tipos de historiadores constroem monumentos patrióticos e arquivos meticulosos, o historiador crítico aponta suas falhas para considerar todas as evidências disponíveis ou os seus saltos especulativos, devido à uma precisão que demole o que eles construíram. Todavia, como chama atenção Jensen, a desvantagem da história crítica desencadeia, como acontece com a história antiquaria, um uso desequilibrado do passado, pois, embora possa ser saudável à vida desafiar o que está estabelecido, por outro lado, é através do que está estabelecido que as construções históricas instituem em parte o que une uma comunidade. O perigo da história crítica para a vida é que “é

muito difícil saber o limite para a negação do passado” (CE II 3). Portanto, para o comentador americano, ao pé da letra de Nietzsche, nenhum dos três modelos da tríade – história monumental, história antiquária, história crítica – emerge triunfante, E, por isso, cada um desses modelos deve ser avaliado em sua ambiguidade, ou seja, em seus serviços e desvantagens para a vida.

No quarto capítulo do seu livro, intitulado “Historiografia científica”, Anthony Jensen elucida precisamente o que implica o construtivismo de Nietzsche em suas noções de descrição, explicação e objetividade histórica. Essas questões são elucidadas tanto de um ponto de vista epistemológico quanto cultural, focando, principalmente, a questão da objetividade. Entretanto, antes de chegar ao tópico principal, o comentador argumenta que Nietzsche – com forte influência de Zöllner⁵ – sustenta que os historiadores não podem representar o passado como realmente foi, por duas razões: primeira, os historiadores desenvolvem suas narrativas dos fatos de modo parcial, em vez de recebê-los imparcialmente; segunda, os historiadores inevitavelmente se enredam em categorização que obscurecem as particularidades do que realmente aconteceu. Entretanto, antes de se voltar para a objetividade, Jensen mostra que as concepções de alta exigência da explicação nomológica disponíveis na época de Nietzsche não se adequavam à historiografia – e que ele entendeu isso muito bem. As duas concepções de objetividade oferecidas em sua época foram as de “valor-livre”, de Schopenhauer e a abordagem de “valor neutro”, de orientação rankiana. No primeiro caso, foi possível, em circunstâncias especiais, eximir-se de toda vontade, desejo, valorização, etc., permitindo uma visão puramente cognitiva do mundo. No segundo, os fatores conativos são indissociáveis, mas permitidos quando estão de acordo com os valores comuns. Jensen argumenta persuasivamente que Nietzsche rejeita ambas as concepções de objetividade em favor da sua própria, ou seja, o perspectivismo que se fundamenta em uma espécie de justiça epistêmica. Tal concepção de justiça tem a sua peculiaridade, pois é notório que Nietzsche geralmente a ignora ou a denigre ao longo do seu processo de desenvolvimento intelectual essa noção. Para Nietzsche, segundo Jensen, a objetividade como justiça só pode ser experimentada por um historiador que tenha a “qualidade

⁵ Jensen cita um fragmento póstumo do verão-outono de 1873 (cf. FP 1873 29[24]) no qual Zöllner empresta a Nietzsche a sua aguda crítica as pretensões da historiografia de se constituir como uma ciência rigorosa segundo as normas das ciências naturais. “O que Zöllner lamenta, a infinita experimentação e a falta de poder lógico-dedutivo, que ainda pode ser visto nas disciplinas históricas...”. Cf. também da mesma época FP 1873 29[92], este inclusive mais preciso para as intenções de Jensen. “Quando historiadores como Ranke se tornam gerais, eles não ensinam: tais sentenças já eram conhecidas antes de seu trabalho: elas lembram a experimentação sem sentido de que Zöllner se queixa nas ciências naturais”.

do caráter que lhe permitiria ficar acima do que ele julga. Essas qualidades incluem coragem, honestidade, resolução e autocontrole” (p.111). Um historiador justo, deste modo, sabe o que é apropriadamente inspirador, o que é digno de preservação e o que deve ser excluído. Isso constitui sua objetividade, que parece melhor se adequar a uma epistemologia da virtude nietzschiana. Todavia, se há algum fundamento para tal epistemologia além do autoengrandecimento (autoelevação), em Nietzsche, é uma questão que fica aberta na interpretação de Jensen.

No quinto capítulo, intitulado “Teleologia”, o autor pretende, primeiramente, contextualizar a crítica de Nietzsche à historiografia teleológica no seu processo de desenvolvimento intelectual. Portanto, antes de se voltar para a *Extemporânea II*, Jensen mostra como os primeiros pensamentos do filósofo sobre a teleologia – seu pretensioso projeto de doutorado, na Universidade de Leipzig, sobre a teleologia de Kant – foram fundamentados em uma crítica epistemológica em vez de cultural. A segunda seção do capítulo, o intérprete mostra as críticas culturais a Hegel e ao hegelianismo, incidindo uma crítica bem sutil da história teleológica materialista marxista. Na terceira seção, Jensen procura desvendar o misterioso e estranho penúltimo capítulo de Nietzsche sobre a teleologia psicopatológica de Eduard von Hartmann. E o quarto elucidará a alternativa de Nietzsche à historiografia científica e à teleológica, ou seja, a sua própria versão “saudável” ou “afirmativa” de seu empreendimento histórico: a historiografia como competição agonística (cf. p.122).

Jensen sublinha, portanto, nesse quinto capítulo do seu livro, o desvio de Nietzsche, nas últimas seções da CE II, de sua concentração crítica às desvantagens da história para vida, para as desvantagens, da anterior, história teleológica. O intérprete americano se volta para a questão nietzschiana de saber se os historiadores podem e devem tentar descobrir o significado dos eventos e tendências históricas em termos de progresso em direção a um objetivo racional. A resposta de Nietzsche, como atesta Anthony Jensen, é um ressonante não. Em vez de procurar por causas finais, os historiadores deveriam se envolver e se encorajarem em uma espécie de competição agonística com os excelentes exemplares do passado. Assim, segundo o comentador americano, em Nietzsche, a história é uma “construção seletiva apenas do que, no passado, foi justamente julgado digno de servir [...] o que pode aprimorar e aperfeiçoar as qualidades no leitor que melhor servem à vida” (p.145). De acordo com Jensen, esta é a concepção afirmativa de Nietzsche sobre a história na *Extemporânea II*, que ele propõe como alternativa à tríade história

monumental-antiquária-crítica. Pode parecer, *prima facie*, como enfatiza o comentador, uma reiteração da posição monumental, construindo seletivamente um desfile de excelentes exemplares do passado. No entanto, esta concepção positiva da história carece das desvantagens, tal como Nietzsche detecta na história monumental: “a grandeza é concedida pelas atividades de valorização do juiz justo e é nosso dever atual superar os tipos anteriores em sua medida de grandeza. A história afirmativa não é nem o reconhecimento nem a emulação, mas a legislação como a competição” (p.146). A história afirmativa, portanto, serve a vida melhor do que a história monumental.

Finalmente, o sexto e último capítulo do livro de Anthony Jensen, “Depois da história”, nele, o seu autor retoma as teses já apresentadas no prefácio e avalia o valor da CE II como um evento histórico. Para o proposto, Jensen – seguindo os passos de Nietzsche – adota a ideia de que o historiador não pode olhar exclusivamente para o evento como se fosse algo estático e isolado. Para entender corretamente um evento, o historiador também deve narrar o que foi elaborado, quais significados foram decifrados por uma variedade de intérpretes ao longo do tempo. Deste modo, se terá, ao menos, uma ideia da história desse ensaio nietzschiano sobre a história. Nesse capítulo, Jensen considera primeiro as reações imediatas que Nietzsche, os seus amigos e os críticos tiveram da *Extemporânea II*. Em segundo lugar, ele apresenta as teses do filósofo sobre a história no escrito de juventude, demonstrando que elas se desconchavam da sua filosofia da história tardia, especialmente, daquela apresentada em a *Genealogia da Moral*, delineando as semelhanças e diferenças entre as epistemologias de ambas. E por fim, no último capítulo, Jensen considera, pelo menos, algumas das maneiras como CE II repercutiu nos pensamentos de historiadores e teóricos da história dos séculos XX e XXI, ele sintetiza a influência do ensaio nietzschiano sobre filósofos (Heidegger, Foucault), historiadores (Hayden White e Keith Jenkins) e outros intelectuais (Isaiah Berlin e Fukuyama).

Como conclusão ao livro, dado ao conturbado processo de produção e publicação que contextualizam o ambiente de emergência da *Extemporânea II*, juntamente com a insatisfação de Nietzsche com a versão publicada, devido, conseqüentemente, ao resultado não ser mais do que ainda um obscuro esboço, poderíamos esperar que Jensen concluísse de maneira impresumível o seu texto, mas não, apesar de todos os percalços do ensaio nietzschiano, ele o considera uma genuína obra-prima em toda sua expressão e uma antecipação precoce das opiniões de pensadores que vieram depois sobre a história.